



Vigilantes da Bahia encerram greve histórica, com conquistas

Após 15 dias de greve, SindVigilantes faz acordo, mas promete manter pressão



“Saímos com a cabeça erguida e orgulhosos de mostrar que somos uma família e reforço, eu não estou satisfeito com nosso salário e vamos lutar por mais melhorias sempre”, desabafou o presidente José Boaventura.

A greve dos vigilantes da Bahia durou 15 dias. Na quarta-feira (7/6), após 3 horas de negociação na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Salvador (BA), o sindicato patronal acabou aceitando, com ressalvas, a proposta do Sindicato dos Empregados de Empresas de Seguranças e Vigilantes do Estado da Bahia (SindVigilantes).

O acordo no MPT teve as seguintes aprovações: aumento salarial de 6% retroativo a maio de 2017, aumento no ticket de 6%, com redução da contribuição do trabalhador de 20% para 15%, aviso prévio indenizado ou trabalhado e manutenção da data base em fevereiro.

Em cima de um carro de som, o presidente do SindVigilantes, José Boaventura, relembrou os grandes atos populares pelo Brasil e falou para a grande assembleia de vigilantes sobre a negociação. “Não vamos abrir mão dos nossos direitos, não vamos voltar à escravidão, a jornada de 12/36 não debatemos. Não estou satisfeito com nosso salário”, ressaltou Boaventura.

Com gritos de vitória, os vigilantes aplaudiram e comemoraram. “Foram dias e noites apreensivos, unimos forças, mostramos a união da família vigilantes na Bahia”, comentou Jefferson Fernandes diretor de comunicação do SindVigilantes. Um total de 15 dias de greve de toda a categoria.

Antes de anunciar a greve, no dia 24 de maio, o SindVigilantes realizou oito rodadas de negociação. Durante a greve aconteceram mais quatro rodadas, finalizando na terça-feira (6/6). “Saímos com a cabeça erguida e orgulhosos de mostrar que somos uma família e reforço, eu não estou satisfeito com nosso salário e vamos lutar por mais melhorias sempre”, desabafou o presidente José Boaventura.

O presidente da CUT-BA, Cedro Silva, após a reunião no MPT ressaltou que a categoria merece remuneração digna. “Vamos comemorar a vitória da categoria. Os vigilantes merecem ser bem tratados e respeito, pois fazem a segurança em diversos setores da sociedade e do patrimônio público privado e, portanto tem que ser respeitados e valorizados como todos os trabalhadores brasileiros”, comentou o presidente Cedro.

Fonte: CUT



Categoria acompanhou as negociações na porta do MPT para pressionar os patrões. Greve foi marcada por atos por toda a cidade.

GP volta atrás e pagará o vale alimentação dos vigilantes de rendição de almoço no dia 13/06

Após as denúncias e a pressão do Sindicato contra a empresa GP Segurança e também os contratantes de que o vale alimentação dos vigilantes que trabalham na rendição de almoço não estavam sendo pagos, a empresa voltou atrás e comunicou ao Sindicato que vai regularizar a situação de todos os trabalhadores na próxima terça-feira (13/06). O pagamento será retroativo ao dia primeiro do mês ou ao tempo que estiver em atraso.

“Nosso sindicato está aqui para defender os direitos dos trabalhadores. O vale alimentação está assegurado na nossa

Convenção Coletiva de Trabalho. A empresa não pode, simplesmente, chegar e parar de pagar. É direito e deve ser cumprido. Temos que lutar com todas as forças contra essa retirada de direitos que empresários e governantes golpistas estão impondo à classe trabalhadora”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de
Petrópolis



Vigilante é obrigado a colocar explosivo em carro-forte durante assalto em MS

Ele disse à polícia que o material não explodiu e então um dos bandidos colocou outro, ocorrendo a explosão.



Carro forte ficou totalmente destruído (Foto: Polícia Civil/ Divulgação)

Um dos quatro vigilantes que estavam no carro-forte alvo de bandidos na manhã de terça-feira (6), na MS-156, foi obrigado a colocar explosivo no veículo. Conforme boletim de ocorrência, ele teve que levar o material até a porta do cofre, porém, este não funcionou e um dos assaltantes colocou outro, ocorrendo então a explosão.

Segundo informações do boletim de ocorrência, o veículo seguia com R\$ 760 mil para abastecimento de caixas eletrônicos de uma instituição financeira e a 25 quilômetros de Amambai foi abordado por bandidos armados em um carro de passeio.

O motorista do carro-forte tentou fugir e acelerou, houve perseguição, ele perdeu o controle da direção e o veículo tombou fora da pista. Os quatro vigilantes foram então abordados pelos bandidos fortemente

armados. A suspeita é de que eles estariam em 10 homens. O carro foi então explodido.

De acordo com o boletim de ocorrência, com a explosão, o veículo saiu do solo e as laterais e o teto foram arremessadas. Cédulas ficaram espalhadas no chão. Vigilantes e testemunhas, que são as pessoas que passavam pela rodovia no momento, foram obrigadas a juntar o dinheiro e colocar em sacos de nylon.

Os bandidos fugiram em direção a Amambai e o carro que eles usavam foi encontrado incendiado perto do local do roubo. Junto ao carro forte e na rodovia, a polícia encontrou cápsulas de metralhadora ponto 50 e de fuzil 765.

Em entrevista à TV Morena, uma testemunha contou que os assaltantes diziam que não fariam nada a ninguém e que só queriam o dinheiro. Nenhum dos vigilantes, de 19, 29, 47 e 55 anos ficou ferido.

A polícia paraguaia informou à TV Morena que os 100 quilômetros de faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, na região de Ponta Porã e Amambai, estão sendo monitorados e que nenhum suspeito foi encontrado.

Fonte: G1

Delegado do RJ quer que blindados de empresa do esquema Cabral virem 'caveirões'

O delegado Vinicius Ferreira Domingos, da Delegacia de Combate às Drogas (Dcod), pediu ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, que dez veículos blindados da empresa Trans-Expert fiquem como patrimônio para o estado. Na solicitação, o delegado alega que o governo se encontra em grave crise financeira e fala sobre o “estado de guerra urbana” da cidade.

De acordo com investigações da força-tarefa da Operação Lava-Jato, o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e seu grupo contavam com um “banco paralelo” para movimentar o dinheiro da corrupção. Esse papel era desempenhado pela transportadora Trans-Expert Vigilância e Transporte de Valores, que tinha um cofre no bairro de Santo Cristo, no Rio, usado para guardar e distribuir o dinheiro do grupo.

No documento enviado ao juiz, o delegado afirma que a empresa está abandonada, assim como seus veículos, que estão no galpão da transportadora, onde há usuários de drogas e moradores de rua. Por isso, Domingos pede a Bretas que ele considere a possibilidade de que os carros-fortes ficarão destruídos ou serão saqueados em pouco tempo e que há uma carência de blindados a disposição do Departamento de Polícia Especializada.

No pedido, o delegado alega ainda que a situação da Dcod “é, na maior parte do tempo, dentro de comunidades dominadas por facções criminosas com grande poder bélico, onde é possível saber, a título de exemplo, que em apenas uma delas existe cerca de 200 fuzis de assalto”. Bretas ainda não analisou a solicitação.

Ao citar a crise financeira do estado, Domingos diz que as autoridades públicas têm a possibilidade e obrigação de buscar saídas legais para minimizar os efeitos da instabilidade econômica. Por fim, o delegado pede que dez carros blindados que se encontram na Trans-Expert fiquem no Departamento de Polícia Especializada para que “após análise desta autoridade possa ao fim representar pelo perdimento final como patrimônio do estado e a representação a outra destinação aos que não se mostrarem úteis”.

Essa não é a primeira vez que veículos da transportadora podem virar caveirões. Em setembro de 2007, a Trans-Expert doou blindados à Coordenadoria de Operações Recursos Especiais (Core).

Para desvendar o esquema de Cabral junto à empresa, a Polícia Federal criou uma operação específica, a Farejador, que encontrou pelo menos três indícios que vinculam a transportadora ao ex-governador: um total de R\$ 25 milhões em repasses da Trans-Expert para uma empresa ligada a Cabral; a apreensão de declarações de renda da ex-primeira-dama Adriana Ancelmo na empresa; e uma possível guarda de dinheiro para o ex-secretário de Obras Hudson Braga.

Senadores fazem acordo para votar reforma trabalhista nos dias 20 e 28

No dia 20, centrais sindicais farão ato nacional de protestos contra reformas do governo e pela saída de Temer. Diap vê correlação de forças desfavorável



Gleisi, Paim, Vanessa, Lindbergh e Jucá: acordo entre senadores da oposição e governistas na Comissão de Assuntos Sociais

Senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fizeram hoje (8) acordo para a tramitação do projeto de lei (PLC 38) de “reforma” da legislação trabalhista. Na próxima terça-feira (13), será feita a leitura do parecer do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), além de possíveis votos em separado da oposição, e uma semana depois ocorrerá a votação. Também no dia 20, as centrais sindicais farão um dia nacional de protestos contra as reformas (trabalhista e da Previdência) e pela saída de Michel Temer da Presidência.

Se esse acordo for confirmado, o PLC38 deverá ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado no dia 28, para então ir a plenário. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), até mesmo nesse dia o texto poderá ser votado pelo Senado, “mas quem pauta o plenário é o presidente Eunício Oliveira”, acrescentou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o acordo foi bom para a Casa, lembrando que a oposição receava uma tramitação em regime de

urgência, sem passar por todas as comissões. “É positivo para as boas relações, independente do resultado. E que no voto se decida”, declarou.

A questão, como aponta o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), é que na CAS o quadro é ainda mais adverso que na Comissão de Assuntos Econômicos, onde o PLC 38 foi aprovado terça-feira (6) por 14 a 11. Já na de Assuntos Sociais, “os trabalhadores deverão contar com apenas sete votos”, de um total de 21 do colegiado.

Novo líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (R) disse que o combate às reformas estará no centro da estratégia da bancada. Ele considerou uma vitória o fato de evitar que o relatório fosse lido na sessão desta quinta-feira. “A gente quer ganhar tempo, porque este governo não se sustenta”, afirmou, em depoimento nas redes sociais. “Estou convencido que estamos caminhando para um impasse.”

Ao mesmo tempo, ele prevê dificuldades maiores do que no caso da reforma da Previdência, que para o senador “está morta”. Enquanto a previdenciária, por se tratar de PEC (proposta de emenda à Constituição), exige quórum maior, à trabalhista basta maioria simples. Será uma “batalha mais dura”, diz Lindbergh. “Nunca participei da votação de um projeto tão ruim para o povo.”

Fonte: Rede Brasil Atual

CUT: governo e empresários barraram denúncia de violações na OIT

Em manifesto a delegados da conferência internacional, entidade diz que continuará denunciando “governo corrupto e parlamento contaminado pelo dinheiro sujo”



Denúncias seriam analisadas pela Comissão de Aplicação das Normas da OIT, que realiza conferência internacional

A CUT afirma que a bancada patronal na Organização Internacional do Trabalho (OIT), aliada ao “governo do ilegítimo Michel Temer”, impediu a inclusão de 24 casos de violações da Convenção 98 da entidade, que trata do direito de organização e de negociação coletiva. Esses itens seriam incluídos na chamada ‘lista curta’, a ser analisada pela Comissão de Aplicação das Normas da OIT, que desde terça-feira (6) está realizando, em Genebra, sua 106ª conferência.

“Apesar da extorsão patronal e governamental ter obtido um silêncio momentâneo”, a CUT continuará “denunciando em todos os organismos internacionais, especialmente na OIT, para que a imundície de um governo corrupto e de um parlamento contaminado pelo dinheiro sujo de cartéis como a Odebrecht e a JBS seja, enfim, efetivamente democratizado”,

afirma a entidade, em manifesto distribuído entre os delegados. A central diz ainda que o episódio mostra descaso com direitos sociais e “a visão escravagista e de superexploração da mão de obra brasileira”, que estaria sendo “reforçada e materializada pelo governo golpista nas suas propostas das reformas trabalhista e previdenciária”.

O secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, diz que a entidade irá recorrer e denunciar o caso em todos os fóruns. “O caso brasileiro será retomado em todos os espaços possíveis, inclusive na reunião do Conselho de Administração da OIT, que ocorrerá em novembro”, afirma. Ainda segundo a central, a Comissão de Peritos da entidade já se manifestou afirmando que a proposta de reforma trabalhista do governo Temer infringe convenções, ao estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado. O projeto (PLC 38), aprovado na Câmara como PL 6.787, passou na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e agora está na Comissão de Assuntos Sociais.

Fonte: Rede Brasil Atual

O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A REFORMA TRABALHISTA

Há possibilidade de se trabalhar doze horas seguidas, sem parar sequer para repouso ou alimentação, bastando que o empregador “compre” esse intervalo. Afinal, quem precisa descansar?

NOVO ART. 59-A:

Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e Tocantins

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF